**CAPÍTULO I**

**A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA**

A criança como se conhece nos dias atuais, como cidadã de direitos, nem sempre teve seu reconhecimento perante a sociedade. Durante muito tempo a criança era discriminada.

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos. De acordo com Rocha (2002, p. 52) “a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma”.

Segundo Costa (2000, p.) “até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra.” No entanto, essa postura era praticada pelos adultos somente até a criança completar sete anos, após esta idade já era tratada como adulto.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002) aponta que nesta época, a criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Era comum entregar a criança para que outra família cuidasse, sendo devolvida após os sete anos de idade, caso a mesma sobrevivesse. Ainda segundo o pesquisador, “as crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos” [...] “Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 55).

Oliveira (2005) citado por Ramos (2010, p. 3) aponta que “a alta taxa de mortalidade obtida pelas criadeiras tem sua justificativa devido à precariedade de condições higiênicas e materiais”.

Segundo Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13), embora a diferença entre a criança e o adulto seja notada em vários aspectos, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos. Rocha (2002, p. 55) afirma que “isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças”.

Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13-14) também apontam que o tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Assim, o menino branco de elite era bem-educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador. Assim sendo:

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertencimentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2003, p. 14).

De acordo com os autores “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2003, p. 13).

Segundo Costa (2000, p. 3), no fim do século XVI “o homem passou a preocupar-se mais com a preservação da vida da criança, com as doenças, tratamentos e curas”. Os pais passam a dar mais atenção aos filhos, vindo a perceber a necessidade de cuidar da saúde e educação da criança. Rocha (2002, p. 56) aponta que o pesquisador Ariès (1981) define esse período como “sentimento de infância”, além de relacionar a história da infância à história da família, que foi se constituindo e se tornando privada.

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais começassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (2002, p. 57).

Costa (2000, p. 3-4) revela que segundo Ariès (1981) “para combater essa educação privada, a Igreja e o Estado resolveram tomar o encargo educativo”. Para a autora, foi diante da nova postura adotada pelo poder político e religioso que colégios e instituições de ensino foram fundadas, assumindo o compromisso, que antes era feito pelas mulheres, de cuidar e educar as crianças.

Preservar e cuidar das crianças seria um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas parteiras, que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil. (ROCHA, 2002, p.55)

Neste contexto histórico, com a nova organização das famílias, e com o novo olhar dado à criança, esta passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo então, reconhecida como sujeito social, que possui sentimento, desejo, vontade, além de se tornar elemento fundamental para compreensão do adulto.

“Ser criança não significa ter infância” (FRANCO, 2002, p.43). A criança é um ser social que existe desde sempre, enquanto a infância é uma construção de sentimento muito recente.

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural e psicológico. (COSTA, 2000, p. 1).

Para a compreensão do conceito de infância, o pesquisador francês Philippe Ariès foi um contribuinte fundamental.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (COSTA, 2002, p. 53).

Segundo Ariès (1981), existiram duas posições distintas em relação à infância: uma delas que concebe a criança como ser ingênuo, que necessita de mimos, e outra que entende em fase de crescimento, necessitando assim moralização e educação. (COSTA, 2000, p. 3).

Diante disso, se tratando de mimos e moralização, compreende-se que ambos os sentimentos “se completam na concepção de infância enquanto essência infantil”. (KRAMER, 1982, p. 20).

Assim, se história, sociedade e cultura foram se delineando como categorias centrais para se (re) conceber a infância, a própria infância passa agora a ocupar o lugar central em uma concepção de que se vê e se quer crítica. (KRAMER E LEITE, 1996, p. 29).

Para a compreensão da infância, segundo as autoras, “precisamos de uma perspectiva interdisciplinar capaz de considerar singularidade e totalidade”. Postman (1994) citado por Franco vem dizer que “a ideia de infância é uma das grandes invenções da renascença. Talvez a mais humanitária”. (FRANCO, 2002, p. 31).

Kramer (1997, p. 19) pontua que a infância “assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para atuação futura”.

Diante disso, compreende-se que muitos os autores e pesquisadores colaboraram de forma significativa para entendimento sobre construção da criança ao longo da história, bem como a compreensão do conceito infância, enfatizando todo o processo de lutas contínuas que resultaram em um reconhecimento da especificidade da mesma. Tal reconhecimento abriu caminho para estudos aprofundados, buscando a compreensão do desenvolvimento e necessidades da criança. Diante desta ótica de que a criança se desenvolve diferentemente do adulto, reconhece-se que esta necessita de um olhar voltado para elas.

A CRIANÇA NOS DIAS ATUAIS

Quando se pensa em criança como sendo diferente do adulto “a concebemos como um ser inacabado e incompleto, que precisa evoluir, educar-se para se tornar completo como o adulto”. (FRANCO, 2002, p. 30).

É preciso ver a criança como um sujeito social que interage com a história de hoje, presente no tempo e espaço, fazendo a sua história e sendo transformada por ela. (FRANCO, 2002, p. 42).

Se tratando de criança, Franco (2002, p. 43) ponta que para Perroti (1990) “se esta for identificada por nós apenas como acumulação de experiência, como transmissão, aceitaremos, em consequência, um papel passivo da criança no processo cultural”.